

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DO HOSPITAL
DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE (HCPA)

**RESIDÊNCIA INTEGRADA
MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE/2022**

EDUCAÇÃO FÍSICA, ENFERMAGEM, FARMÁCIA,
FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, NUTRIÇÃO,
PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, TERAPIA OCUPACIONAL

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

2021

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

A COMISSÃO DE RESIDÊNCIA INTEGRADA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE E EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE (COREMU/HCPA), estabelecida pelo ATO HCPA 176/2021, e a FUNDAÇÃO MÉDICA DO RIO GRANDE DO SUL (FUNDMED), TORNAM PÚBLICA, por meio deste Edital, a abertura de inscrições para o **Processo Seletivo Público para Residência Integrada Multiprofissional em Saúde/2022** e o respectivo regramento, conforme as instruções a seguir:

I - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

A Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS) do HCPA tem por objetivo especializar profissionais, por meio da formação em serviço, para atuarem em equipes de saúde, assegurando os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Busca também fortalecer iniciativas interdisciplinares de gestão do cuidado em saúde, favorecendo a adoção de melhores práticas assistenciais, condutas baseadas em evidências e promoção da segurança do cuidador e do paciente e, ainda, fortalecer a pesquisa acadêmica no contexto da prática assistencial do HCPA. É uma modalidade de ensino de **pós-graduação lato sensu**, com carga horária semanal de 60 horas e **dedicação exclusiva**, tendo 20% de atividades teórico-práticas e 80% de atividades de formação em serviço sob a supervisão de profissionais do HCPA. As áreas de concentração contempladas no presente edital são **Adulto Crítico, Atenção Cardiovascular, Atenção Integral ao Paciente Adulto Cirúrgico, Atenção Integral ao Usuário de Drogas, Atenção Materno Infantil, Atenção Primária à Saúde, Controle de Infecção Hospitalar, Onco-Hematologia, Saúde da Criança e Saúde Mental**.

II - PROGRAMAS E CENÁRIOS DE PRÁTICA

Os programas contemplados no presente Edital e os cenários de práticas encontram-se na tabela abaixo.

Programas	Cenários de Prática*
Adulto Crítico	Emergência Adulto, Centro de Tratamento Intensivo Adulto
Atenção Cardiovascular	Unidades de Internação Clínica e Cirúrgica, Unidade de Terapia Intensiva Cardiológica e de Pós-Operatório de Cirurgia Cardíaca, Ambulatórios e Unidades Especializadas em Cardiologia
Atenção Integral ao Paciente Adulto Cirúrgico	Ambulatórios e Unidades de Internação Cirúrgica, Unidades Especializadas em Transplantes de Fígado e Pulmão, Cirurgia Bariátrica, Ortopedia e Traumatologia
Atenção Integral ao Usuário de Drogas	Unidade de Internação, Ambulatório, Serviços da Rede do Município de Porto Alegre
Atenção Materno Infantil	Banco de Leite Humano (BLH), Ambulatório de Seguimento do Prematuro, Ambulatório de Pré-Natal de Alto Risco, Centro Obstétrico, Unidade de Internação Obstétrica, Unidade de Internação Neonatal
Atenção Primária à Saúde	Unidade Básica de Saúde, Vivências na Rede do Município de Porto Alegre
Controle de Infecção Hospitalar	Unidades de Internação Clínica e Cirúrgica, Centro de Tratamento Intensivo Adulto, Unidades Especiais
Onco-Hematologia	Unidade de Oncologia Pediátrica, Unidade de Ambiente Protegido (Hematologia Adulto e Transplante de Medula Óssea: Pediatria e Adulto)
Saúde da Criança	Unidade de Internação Pediátrica, Unidade de Tratamento Intensivo Pediátrico e Especialidades Pediátricas
Saúde Mental	Unidade de Internação Psiquiátrica Adulto, Centro de Atenção Psicossocial Adulto (CAPS), Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência (CAPSi) e outros dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

* Os Cenários de Prática listados na tabela são meramente exemplificativos, podendo sofrer acréscimos ou supressões a critério do Programa, considerando a qualificação da formação.

III - PROGRAMAS/CATEGORIA PROFISSIONAL, VAGAS E DURAÇÃO DOS PROGRAMAS

Programas/Categoria Profissional	Vagas
Adulto Crítico/Enfermagem	1
Adulto Crítico/Farmácia	1
Adulto Crítico/Fisioterapia	1
Adulto Crítico/Fonoaudiologia	1
Adulto Crítico/Nutrição	1
Adulto Crítico/Psicologia	1
Adulto Crítico/Serviço Social	1
Atenção Cardiovascular/Enfermagem	1
Atenção Cardiovascular/Fisioterapia	1
Atenção Cardiovascular/Nutrição	1
Atenção Integral ao Paciente Adulto Cirúrgico/Enfermagem	1
Atenção Integral ao Paciente Adulto Cirúrgico/Farmácia	1
Atenção Integral ao Paciente Adulto Cirúrgico/Fisioterapia	1
Atenção Integral ao Paciente Adulto Cirúrgico/Nutrição	1
Atenção Integral ao Paciente Adulto Cirúrgico/Psicologia	1
Atenção Integral ao Paciente Adulto Cirúrgico/Serviço Social	1
Atenção Integral ao Usuário de Drogas/Educação Física	1
Atenção Integral ao Usuário de Drogas/Enfermagem	1
Atenção Integral ao Usuário de Drogas/Nutrição	1
Atenção Integral ao Usuário de Drogas/Psicologia	1
Atenção Integral ao Usuário de Drogas/Serviço Social	1
Atenção Integral ao Usuário de Drogas/Terapia Ocupacional	1
Atenção Materno Infantil/Enfermagem	1
Atenção Materno Infantil/Fisioterapia	1
Atenção Materno Infantil/Fonoaudiologia	1
Atenção Materno Infantil/Nutrição	1
Atenção Materno Infantil/Psicologia	1
Atenção Materno Infantil/Serviço Social	1

Programas/Categoria Profissional	Vagas
Atenção Primária à Saúde/Enfermagem	1
Atenção Primária à Saúde /Farmácia	1
Atenção Primária à Saúde /Nutrição	1
Atenção Primária à Saúde /Serviço Social	1
Controle de Infecção Hospitalar/Enfermagem	2
Controle de Infecção Hospitalar/Farmácia	1
Controle de Infecção Hospitalar/Serviço Social	1
Onco-Hematologia/Enfermagem	1
Onco-Hematologia/Farmácia	1
Onco-Hematologia/Nutrição	1
Onco-Hematologia/Psicologia	1
Onco-Hematologia/Serviço Social	1
Saúde da Criança/Educação Física	2
Saúde da Criança/Enfermagem	2
Saúde da Criança/Farmácia	1
Saúde da Criança/Fisioterapia	2
Saúde da Criança/Fonoaudiologia	1
Saúde da Criança/Nutrição	2
Saúde da Criança/Psicologia	2
Saúde da Criança/Serviço Social	2
Saúde Mental/Educação Física	1
Saúde Mental/Enfermagem	1
Saúde Mental/Psicologia	1

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

* Os Programas de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde do HCPA tem duração de 2 anos e remuneram as atividades desenvolvidas por meio do pagamento do valor bruto (relativo ao mês de agosto/2021) de R\$ 3.330,43 (três mil, trezentos e trinta reais e quarenta e três centavos).

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Este edital e seus anexos constituem o regramento do Processo Seletivo Público para Residência Integrada Multiprofissional em Saúde/2022, de forma que se orienta a leitura integral e acurada deste edital a todos os interessados em participar do processo seletivo.

1.2. O Processo Seletivo Público para Residência Integrada Multiprofissional em Saúde/2022 seguirá o Cronograma, **Anexo IV** deste edital. As datas previstas no Cronograma poderão sofrer alterações em virtude da necessidade de ajustes operacionais, garantida a publicidade dentro de prazo razoável. Assim, é de responsabilidade do candidato acompanhar os sites www.fundmed.org.br e www.hcpa.edu.br durante toda a execução do processo seletivo, a fim de atender a todos os prazos e todas as convocações.

1.3. A seleção será executada consoante os ditames legais vigentes, inclusive no que diz respeito às normas de biossegurança para fins de enfrentamento da pandemia de COVID-19. Considerando que as normas de biossegurança recomendadas pelas autoridades de saúde poderão sofrer atualização até a realização das provas, os critérios mínimos de segurança a serem cumpridos serão estabelecidos e publicizados oportunamente, em data próxima a cada evento, restando, desde logo, todos os candidatos cientes quanto à obrigatoriedade de cumprirem com tais disposições, descabendo qualquer alegação de desconhecimento.

1.4. Ao se inscrever no processo, o candidato consente livremente com a coleta de dados necessários para sua identificação no certame e com a divulgação de informações, tais como nome, pontuação, dentre outras, **as quais são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao processo em tela**. Essas informações poderão, eventualmente, ser encontradas na internet, por meio de mecanismos de busca, descabendo solicitações de exclusão destas da publicidade oficial do processo, face ao princípio da publicidade que rege os atos dos entes públicos.

1.5. O fornecimento de dados e quaisquer documentos exigidos por este edital são de total responsabilidade do candidato, só terão validade para este certame e só serão utilizados pelo **HCPA e FUNDMED** para tal finalidade, podendo, eventualmente, o endereço eletrônico ser utilizado para envio de informações sobre o processo e sobre a própria residência, podendo o candidato, a qualquer tempo, optar por não receber mais tais comunicações.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição poderá ser realizada a partir das **13h de 13/09/2021 até 17h de 20/10/2021**, considerando-se o horário de Brasília-DF, exclusivamente via **internet**, nos sites www.fundmed.org.br e www.hcpa.edu.br não havendo outra forma ou prazo para recebimento da inscrição. Os candidatos deverão **preencher seus dados no formulário eletrônico de inscrição com atenção e dentro do prazo estipulado**.

2.2. Poderão inscrever-se os portadores de diploma de conclusão ou declaração de estar cursando o último semestre dos cursos de **Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional**, emitido(a) por instituição brasileira legalmente reconhecida ou instituição do exterior, com o devido valor legal, conforme legislação vigente.

2.2.1. **No ato da inscrição, o candidato optará, de forma definitiva, por apenas uma vaga dentre as opções de vagas oferecidas neste Edital. É vedada a alteração da sua opção inicial de inscrição após o pagamento do valor da inscrição, independentemente de as inscrições já terem se encerrado ou não.**

2.2.2. Antes de efetuar o pagamento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preencheu adequadamente o formulário eletrônico de inscrição, que está devidamente inscrito na vaga desejada, bem como certificar-se quanto às informações referentes ao pagamento do valor de inscrição (dados do boleto, formas de pagamento, parcelamento, etc.).

2.3. O valor da inscrição, cobrado a título de ressarcimento das despesas com material e serviços, é de **R\$ 290,00** (duzentos e noventa reais), e deverá ser pago após o preenchimento do **formulário eletrônico de inscrição**, via boleto bancário (à vista) ou cartão de crédito (em até 02 (duas) vezes), **conforme as instruções específicas constantes nos sites acima indicados**.

2.4. O pagamento do valor de inscrição poderá ser efetuado em qualquer agência bancária ou em agências lotéricas, até a data e o horário estabelecidos no Cronograma. A FUNDMED, em hipótese alguma, processará qualquer inscrição paga em horário e/ou data posterior aos estabelecidos no Cronograma, tampouco aceitará depósito em conta corrente. Cabe destacar que o comprovante de agendamento bancário não será considerado pagamento da inscrição.

2.5. O candidato terá sua inscrição homologada somente após o recebimento, pela FUNDMED, da confirmação da quitação (recibo de pagamento) do valor da inscrição, pelo banco.

2.6. Os dados cadastrais serão extraídos do **formulário eletrônico de inscrição**. A correção das informações prestadas é de inteira responsabilidade do candidato.

2.7. Em nenhuma hipótese haverá devolução da importância paga. A FUNDMED e o HCPA não se responsabilizam por nenhum tipo de despesa efetuada ou alegada pelo candidato com objetivo ou não de inscrição ou de prestação da prova do presente processo seletivo.

2.8. A FUNDMED e o HCPA não se responsabilizam por inscrições ou pagamentos não efetivados devido ao horário bancário, a motivos de ordem técnica dos computadores, a falhas de comunicação, a congestionamento das linhas de comunicação, bem como a outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.9. Os candidatos com isenção deferida, **desde que solicitem devidamente a inscrição neste processo**, têm garantido o deferimento da sua inscrição.

2.10. A relação de inscritos será divulgada na data estabelecida no Cronograma, nos sites www.fundmed.org.br e www.hcpa.edu.br, sendo de obrigação exclusiva do candidato consultar a respectiva relação para confirmar sua inscrição.

2.11. Caso a inscrição não tenha sido deferida, o candidato poderá interpor pedido de recurso, conforme determinado neste edital, em item específico.

3. DA PROVA E CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

3.1. O Processo Seletivo Público para Residência Integrada Multiprofissional em Saúde/2022 constará de única etapa, a saber, prova objetiva, de caráter **eliminatório/classificatório**.

3.2. A prova objetiva, para todos os inscritos, independentemente da área de inscrição, será composta por **40 (quarenta) questões** de múltipla escolha, com **4 (quatro) alternativas**, das quais somente **1 (uma) será a correta**, e será assim distribuída:

a) **Parte geral** (comum a todos): Conhecimentos de Políticas Públicas de Saúde – 15 questões;

b) **Parte específica** (conforme cada área): Conhecimentos Específicos de cada categoria profissional – 25 questões;

3.2.1. As questões serão elaboradas com base no Programa, **Anexo I** deste edital, podendo incluir a exigência de conhecimentos de língua estrangeira. Cada questão terá o peso de 2,5 pontos, sendo o peso total da prova de **100 pontos**.

3.2.2. A **nota da prova** será calculada considerando o número de acertos multiplicado pelo peso de cada questão.

3.2.3. Serão considerados aprovados os candidatos que acertarem no mínimo **40% das questões da parte geral e no mínimo 60% das questões da parte específica da prova objetiva, desde que dentro do limitador de até dez vezes o número de vagas em cada Programa. Os candidatos que não alcançarem os respectivos resultados estarão automaticamente eliminados do processo.**

4. DO ATENDIMENTO AOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

4.1. Os candidatos que necessitem atendimento e/ou condição especial para a realização da prova (amamentação de filho(s) com até 6 meses de idade no dia de realização de prova presencial, acesso facilitado, prova especial, etc.) deverão, **durante o período de inscrições, especificamente**, acessar o **site da Objetiva Concursos, www.objetivas.com.br**, realizar seu cadastro e: **a)** clicar no campo **“condições especiais para realização de prova”**; **b)** escolher a opção **“sim”**; **c)** selecionar o tipo de atendimento necessário; **d)** anexar o Requerimento - Atendimento especial (**Anexo II deste edital**), devidamente preenchido e assinado, acompanhado de toda a documentação nele exigida para a comprovação e justificativa do seu pedido, quando for o caso (**o requerimento e os documentos comprobatórios exigidos (quando for o caso) deverão ser todos digitalizados e salvos no mesmo arquivo (ARQUIVO ÚNICO), nas extensões “pdf”, “png”, “jpg” ou “jpeg”, com tamanho máximo de 2MB**).

4.1.1. ATENÇÃO: A digitalização de TODOS os documentos deverá ser realizada **de forma legível e completa (frente e verso, caso houver), a fim de permitir a análise das informações prestadas e dos documentos apresentados com clareza.**

4.1.2. Serão levadas em consideração a possibilidade, a razoabilidade e as disposições deste edital no atendimento a tais pedidos.

4.1.3. Considerando-se a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que fizerem uso de prótese auditiva, marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão solicitar o atendimento especial disposto neste item, sob pena de serem excluídos do processo seletivo.

4.1.4. Os candidatos que careçam de ingestão de substância de qualquer natureza durante a prova (exceto água), deverão solicitar o atendimento especial disposto neste item, sob pena de não serem autorizados a realizar a ingestão durante a prova. No dia da prova, os candidatos cuja solicitação foi deferida, deverão comparecer ao local com a substância acondicionada em embalagem transparente e sem rótulo, de modo a possibilitar a sua inspeção.

4.1.5. A relação de atendimentos concedidos será divulgada quando da homologação preliminar de inscrições. O candidato que desejar interpor recurso deverá observar os procedimentos disciplinados neste edital, em item específico.

5. DA APLICAÇÃO DA PROVA

5.1. A prova tem sua data prevista no **Cronograma (Anexo IV)** e será realizada na **cidade de PORTO ALEGRE/RS**, conforme os protocolos de biossegurança relativos à prevenção da COVID-19 vigentes no dia da prova. É de responsabilidade do candidato estar ciente da obrigatoriedade do cumprimento de tais regras, como por exemplo, distanciamento, utilização de máscara de proteção individual para proteção respiratória (PPF2/N95) não valvulada, bem ajustado e que encubra adequadamente o nariz e a boca, higienização das mãos, aferição de sinais clínicos, dentre outras, sob pena de eliminação sumária do processo.

5.2. Não haverá prova fora do local designado na convocação, nem em datas e/ou horários diferentes. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, tampouco será admitido à prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início, seja qual for o motivo alegado. Assim, a identificação correta do dia, local e horário da realização da prova, bem como o respectivo comparecimento, são de responsabilidade única e exclusiva do candidato.

5.2.1. A confirmação da data e outras informações, como local, horário e outras determinações a respeito da sua realização serão divulgadas através do edital de convocação, o qual será publicado nos sites www.fundmed.org.br e www.hcpa.edu.br, na data estabelecida no Cronograma (Anexo IV), contendo também o ensalamento. Em caso de necessidade de ajustes operacionais face à pandemia da COVID-19, a **FUNDMED** reserva-se o direito de indicar nova data e/ou até mesmo outra cidade para fins de realização da prova.

5.3. Para fins de identificação, desde logo, ficam todos os candidatos convocados a comparecer ao seu local de prova com **1 (uma) hora de antecedência do horário da convocação realizada por edital**, portando o documento de identidade que originou a inscrição e caneta esferográfica (ponta grossa, tinta azul ou preta e de material transparente). No horário de convocação, ocorrerá o fechamento dos portões, não sendo mais permitido o ingresso de qualquer candidato ao local de prova.

5.4. Somente poderá ingressar à prova o candidato que apresentar documento de identidade, o qual permita, com clareza, sua identificação e que esteja em bom estado de conservação. **O candidato deverá estar ciente de que, caso não validado o documento de identificação, não poderá realizar a prova.**

5.5. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, no dia de realização da prova: **a)** não será permitida a permanência de acompanhante do candidato (exceto quando for concedido à lactante atendimento especial para amamentação) ou pessoas estranhas ao processo nas dependências do local onde forem aplicadas as provas; **b)** os candidatos poderão ser submetidos ao detector de metais; **c)** poderá ser realizada coleta da impressão digital de todos ou de alguns candidatos; **d)** poderá ser exigida identificação especial do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador ou que esteja danificado, a qual poderá ser julgada pela **FUNDMED** e/ou a autoridade competente.

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

5.6. Após o ingresso na sala de prova e durante toda a sua realização, o candidato somente poderá manter consigo, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta; documento de identidade; frasco de álcool gel, desde que fabricado em material transparente e sem rótulo, máscara de proteção individual para proteção respiratória reserva; e uma garrafa transparente de água sem rótulo. É **vedada** a ingestão de substâncias de qualquer natureza (exceto água e os casos de atendimento especial desde que solicitados).

5.7. Ainda, após o ingresso na sala de prova e durante toda a sua realização, **são vedadas aos candidatos as seguintes condutas, sob pena de eliminação do certame**:

- a) comunicar-se com outros candidatos ou terceiros;
- b) solicitar ou emprestar materiais a outros candidatos;
- c) utilizar óculos escuros e/ou acessórios de chapelaria como boné, chapéu, gorro, cachecol, manta, luvas e similares;
- d) consultar e/ou permanecer com quaisquer dispositivos, como máquinas calculadoras e/ou similares, agendas eletrônicas e/ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, ipod®, gravadores, pen drive, mp3 ou similar, relógio de qualquer espécie, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, Walkman®, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, bem como protetores auriculares, etc.;
- e) consultar e/ou permanecer com réguas de cálculo, livros, anotações, notas, impressos ou qualquer outro material de consulta;
- f) portar arma;
- g) descumprir os protocolos vigentes de biossegurança relativos à prevenção da COVID-19.

5.7.1. **ATENÇÃO:** Todo e qualquer objeto do candidato, desde que não se enquadre no item 5.6 deste edital, deve ser acondicionado dentro de embalagem específica e depositado (os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados) dentro da sala de prova, em local indicado pelo fiscal, ficando sob a responsabilidade do candidato. A FUNDMED não se responsabiliza por quaisquer objetos/pertences dos candidatos, de valor ou não, de forma que se aconselha aos candidatos para que não levem ao espaço de prova itens cujo uso não está autorizado durante a realização desta.

5.8. Após o início da prova, a utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que o candidato tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer dos dispositivos eletrônicos previstos no item anterior. O descumprimento dessa determinação poderá implicar eliminação do candidato, caracterizando-se como tentativa de fraude.

5.9. Para realizar a prova, cada candidato receberá um caderno de questões e um cartão de respostas (folha óptica). O caderno contemplará as questões da prova; já o cartão de respostas, além de conter local destinado às respostas da prova, conterá campo específico com os dados do candidato devidamente impressos e local destinado à sua assinatura.

5.10. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e/ou a rasura em qualquer folha do respectivo caderno.

5.11. O cartão de respostas NÃO poderá conter rabisco e/ou rasura, tampouco poderá ser substituído, devendo ser conservado em segurança durante a realização da prova, preenchido e assinado pelo candidato com atenção, à CANETA, **uma vez que o cartão de respostas é o único documento válido e utilizado para a correção da prova**.

5.12. É de obrigação única e exclusiva do candidato: manter o cartão de respostas em segurança durante a realização da prova; conferir se os dados impressos no cartão de respostas, em especial o nome e o número de inscrição estão corretos; preencher e assinar o cartão de respostas, à CANETA, obrigatoriamente, e entrega-lo ao fiscal de sala. **A não entrega dos respectivos documentos ou o não cumprimento das demais condições acima definidas poderá implicar a automática eliminação do candidato do certame**.

5.13. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou divergência na distribuição, a **FUNDMED** poderá, para o bom andamento dos trabalhos, providenciar cópias do material necessário ou entregar material reserva, podendo ser não personalizado, desde que constantes todos os dados necessários que assegurem os procedimentos de correção das provas dos candidatos, devendo as referidas providências serem registradas em ata.

5.14. O tempo de duração da prova objetiva será de até **3 horas e 30 minutos**, incluído o tempo para assinatura e preenchimento das respostas no cartão de respostas.

5.15. Se, por qualquer razão fortuita, as provas sofrerem atraso em seu início ou necessitarem de interrupção dos trabalhos, os candidatos afetados terão sempre assegurado o tempo total para realização da prova, previsto neste edital, sendo concedido o tempo adicional necessário para garantia de isonomia de tratamento. Em ocorrendo tais situações, os candidatos atingidos deverão permanecer no seu local de prova e atender às orientações dos coordenadores e fiscais, auxiliando no bom andamento dos trabalhos, sob pena de serem excluídos sumariamente do certame.

5.16. Ao término da prova, ou ao término do tempo destinado à sua realização, o candidato devolverá ao fiscal da sala o cartão de respostas, podendo levar consigo seu caderno de questões, de forma que não será disponibilizada vista de prova padrão, devendo, portanto, o candidato conservar seu caderno de questões para fins de utilizá-lo como subsídio para a interposição de recursos contra o gabarito preliminar.

5.17. Ao final da prova, os três últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais até a sala de coordenação de prova para o lacre e a assinatura do lacre dos envelopes das provas, quando, então, poderão retirar-se do local, simultaneamente, depois de concluído o procedimento.

5.18. A correção das provas será realizada por sistema eletrônico – leitura óptica dos cartões de resposta –, sem ingerência humana, assim sendo, não haverá processo de desidentificação dos cartões de respostas.

5.19. Em nenhuma hipótese será considerado, para correção e respectiva pontuação, o caderno de questões. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, no cartão de respostas, não estiver assinalada ou que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura. Qualquer marcação que estiver em desconformidade com as instruções poderá ser anulada, ficando condicionada à leitura óptica.

5.20. **Poderá ser excluído sumariamente deste certame o candidato que:**

- a) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- b) tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

- c) for surpreendido, em ato flagrante, durante a realização da prova ou em caso de interrupção dos trabalhos, comunicando-se com outro candidato, bem como utilizando-se de consultas não permitidas, de aparelho celular ou de outro equipamento de qualquer natureza não permitido;
- d) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas;
- e) não permitir ser submetido ao detector de metal (quando aplicável);
- f) antes do término de sua prova, afastar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;
- g) não permitir a coleta de sua assinatura e/ou recusar-se a realizar qualquer procedimento que tenha por objetivo comprovar a autenticidade de identidade e/ou de dados; e,
- h) recusar-se a entregar o material das provas ao término, ou ao término do tempo destinado a sua realização, ou, em caso de razão fortuita, ao ser determinado pelo fiscal ou coordenador de prova.

5.21. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de procedimento ilícito ou colaborado para tal, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado deste certame.

5.22. Além das regras gerais já estabelecidas por este edital, o edital de convocação para a prova poderá estabelecer regras mais específicas em relação à apresentação dos candidatos, consoante os princípios constitucionais e ditames legais vigentes.

6. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. Processados todos os resultados e identificado empate no total de pontos entre dois ou mais aprovados, o desempate, para efeitos da classificação final, dentro do limitador de até dez vezes o número de vagas, em cada Programa, seguirá, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- a) maior número de pontos na parte específica da prova objetiva;
- b) maior pontuação no *Curriculum Vitae* (as instruções e o modelo para a apresentação do *Curriculum Vitae* encontram-se no **Anexo III**);
- c) sorteio público (persistindo o empate, o desempate dar-se-á por **sorteio**, o qual será realizado em ato público, a ser divulgado por edital, restando, desde logo, convocados os candidatos empatados).

6.2. Processados os desempates, será divulgado o resultado final do certame, o qual conterá a respectiva **classificação final dos candidatos aprovados, em cada programa/categoria profissional**, conforme o limitador estabelecido, em ordem decrescente de pontos.

6.3. Julgados todos os recursos e processados todos os resultados, far-se-á a homologação do resultado final, nos sites www.fundmed.org.br e www.hcpa.edu.br, na data estabelecida no Cronograma (Anexo IV).

7. DOS RECURSOS

7.1. Todos os períodos previstos para interposição de recursos encontram-se estabelecidos no cronograma de execução deste edital (Anexo IV); todavia, sua confirmação dar-se-á por edital específico de cada evento, devendo, portanto, os candidatos estarem atentos às publicações ao longo do certame.

7.1.1. Os recursos deverão ser preenchidos/digitados pelo candidato e/ou seu representante diretamente na **área do candidato**, no site www.objetivas.com.br, no campo "**recursos**", seguindo as orientações da página. Não haverá hipótese de solicitação do pedido de revisão de outra forma e/ou por outro meio senão aquele disponibilizado para tal na respectiva página.

7.2. O candidato deverá interpor, individualmente, seus recursos, utilizando um formulário eletrônico para cada pedido. O recurso deverá atender rigorosamente aos preceitos fixados neste capítulo, sendo devidamente fundamentado e acompanhado de: **a)** no caso de indeferimento da inscrição, as razões pelas quais solicita a homologação da sua inscrição e todos os documentos comprobatórios que demonstrem a razão do candidato (comprovante de inscrição, pagamento, etc.); **b)** circunstanciada exposição a respeito das questões, pontos, títulos ou resultados, para os quais, face ao regramento do certame, à natureza da vaga ou do critério adotado, deveria ser atribuído maior grau, número de pontos ou resultado diverso; **c)** em outros casos, as razões do pedido e os documentos comprobatórios que demonstrem a razão do candidato.

7.3. Cada candidato deve interpor individualmente seu próprio recurso. Não se conhecerão os recursos coletivos, com identificação de pessoa física e/ou jurídica, **sem fundamentação e argumentação lógica e consistente**, nem os pedidos de simples revisão do gabarito ou da nota.

7.4. Se houver alteração de gabarito (retificação), as provas serão corrigidas de acordo com a referida retificação. Questões anuladas por decisão da Banca serão consideradas corretas para todos os candidatos presentes à prova, computando-se a respectiva pontuação a eles.

7.5. Durante o período de recursos, salvo previsão em contrário, não será aceita e/ou considerada complementação de documentação que deveria ter sido entregue e/ou encaminhada no período determinado em capítulo específico deste edital, conforme cada etapa e/ou nos termos do edital de convocação.

7.6. A partir da divulgação do resultado dos recursos, por edital, cada recorrente poderá consultar o parecer de seu recurso diretamente na **área do candidato**, no site www.objetivas.com.br. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

8. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

8.1. Realizada a homologação final do resultado, os classificados até o limite do número de vagas, em cada **Programa/Categoria Profissional**, deverão apresentar, sob sua inteira responsabilidade, a seguinte documentação para a efetivação da matrícula no Programa da COREMU/HCPA para o qual se inscreveu e classificou:

- a) documento de identidade civil comprovando ser brasileiro nato ou naturalizado, ou estar gozando das prerrogativas constantes do artigo 12 da Constituição Federal;
- b) título de eleitor e quitação eleitoral, comprovando estar no gozo dos direitos civis e políticos;
- c) documentação militar (quando for o caso);
- d) comprovante de residência com CEP atualizado (últimos 3 meses);
- e) documento comprobatório de conclusão do curso superior (certificado ou diploma) na categoria profissional de inscrição ou declaração de conclusão do curso;
- f) carteira profissional comprovando inscrição no Conselho Regional de Classe e quitação da anuidade ou protocolo de encaminhamento da

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

carteira;

g) CPF;

h) PIS;

i) cópia do comprovante de conta corrente no Banco do Brasil;

j) cópia da Carteira de Vacinação, atualizada com MMR (vacina de vírus de sarampo, caxumba e rubéola), Hepatite B e Vacina Antitetânica.

8.1.1. A entrega da documentação para a efetivação da matrícula deverá ser feita, impreterivelmente, durante o período determinado pela COREMU/HCPA, o qual será publicado nos sites www.fundmed.org.br e www.hcpa.edu.br. A inobservância deste prazo implica a perda da vaga, o que dá a COREMU/HCPA o direito de chamar o próximo candidato da lista final de classificação e, se for o caso, até a utilização da lista de suplentes, na ordem de classificação, para a ocupação total das vagas previstas neste Edital.

8.1.2. Eventual chamamento para ocupação de vagas ociosas será feito pela COREMU/HCPA, através do e-mail informado no formulário eletrônico de inscrições, de forma que os candidatos deverão estar atentos ao respectivo endereço eletrônico, para fins de responder ao chamamento. Caso não haja resposta ao e-mail dentro do período determinado, a COREMU/HCPA considerará que o suplente não tem interesse na vaga e chamará o próximo candidato da lista.

8.1.3. Os documentos provisórios ou declarações com prazo de validade determinado deverão ser necessariamente entregues, no máximo, em até 90 dias (contando a partir do dia 01/03/2022). O não atendimento, em momento adequado, de qualquer das exigências aqui postas ou que venham a ser apresentadas pela COREMU/HCPA constituirá razão definitiva para a perda da vaga obtida, independentemente das medidas judiciais cabíveis a serem adotadas pela Comissão.

8.1.4. Chamamento de suplentes e realização das matrículas de candidatos aprovados, somente, até o dia 31/03/2022, conforme orientação da Comissão Nacional da Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS).

9. DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

9.1. O planejamento e a execução gerencial do presente processo seletivo público estão sob a coordenação e responsabilidade operacional da Fundação Médica do Rio Grande do Sul.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Com a realização da inscrição, é manifesta a vontade do candidato de participar do Processo Seletivo Público para Residência Integrada Multiprofissional em Saúde/2022, nos termos estabelecidos por este edital e seus anexos, demais publicações e instruções oficiais referentes à sua execução e edital de convocação etapa, descabendo alegações de desconhecimento.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Fundação Médica do Rio Grande do Sul, ouvida a Coordenadora da COREMU/HCPA e observada a legislação pertinente.

10.3. Acompanhar o andamento deste processo seletivo nos sites www.fundmed.org.br e www.hcpa.edu.br é de responsabilidade exclusiva do candidato.

10.4. Integram o presente edital:

Anexo I – Programas;

Anexo II – Requerimento – Atendimento especial;

Anexo III – Instruções e modelo de *Curriculum Vitae*;

Anexo IV – Cronograma.

Porto Alegre/RS, 13 de setembro de 2021.

Profa. Gabriela Corrêa Souza,
Coordenadora da COREMU/HCPA,
Coordenadora do Processo Seletivo Público.

Luana Cristina Berwig,
Vice-Coordenadora do Processo Seletivo Público.

Profa. Ana Luiza Maia,
Presidente da Fundação Médica do Rio Grande do Sul.

Profa. Nadine Oliveira Clausell,
Diretora-Presidente do HCPA.

Registre-se e publique-se.

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

ANEXO I – PROGRAMAS

PARTE GERAL

I - Conteúdos programáticos PARA TODAS AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS - CONHECIMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

- ❖ Bioética em Saúde
- ❖ Educação em Saúde
- ❖ Epidemiologia em Saúde
- ❖ Processo de Saúde-Doença e Determinantes Sociais em Saúde
- ❖ Rede de atenção em saúde
- ❖ Segurança do Paciente
- ❖ Sistema Único de Saúde: conceitos, princípios e diretrizes
- ❖ Vigilância em saúde

Bibliografia Recomendada:

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução RDC nº 36, de 25 de julho de 2013**. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Brasília, DF, [ANVISA], 2013.
2. ALBUQUERQUE, G.S.C.; SILVA, M.J.S. **Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde**. Saúde em Debate, v.38, n.103, p.953-965. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042014000400953&script=sci_abstract&tlng=pt
3. BACKES, M.T.S. et al. **Conceitos de saúde e doença ao longo da história**. Rev. Enferm. UERJ, v.17, n.1, p.111-7, 2009. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-513371>
4. BRASIL. **Decreto nº 7.508**, de 18 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e à articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.
5. BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, Ministério da Saúde, 1990.
6. COUTINHO, Evandro Silva Freire; CUNHA, Geraldo Marcelo da. **Conceitos básicos de epidemiologia e estatística para a leitura de ensaios clínicos controlados**. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 146-151, jun. 2005.
7. DAMACENO, A.N. **Redes de atenção à saúde: uma estratégia para integração dos sistemas de saúde**. REUFISM, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufism/article/view/36832/html>
8. FALKENBERG, Mirian Benites; MENDES, Thais de Paula Lima; MORAES, Eliane Pedrozo de e SOUZA, Elza Maria de. **Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva**. Ciênc. saúde coletiva. 2014: vol.19, n.3 pp.847-852. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n3/1413-8123-csc-19-03-00847.pdf>
9. GOLDIM, José Roberto. **Bioética: origens e complexidade**. Revista HCPA, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 86-92, 2006.
10. PEITER, C.C. **Redes de atenção à saúde: tendências da produção de conhecimento no Brasil**. Esc. Anna Nery, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ean/v23n1/pt_1414-8145-ean-23-01-e20180214.pdf
11. TEIXEIRA, Maria Glória et al. **Vigilância em saúde no SUS - construção, efeitos e perspectivas**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1811-1818, jun. 2018.

PARTE ESPECÍFICA – POR CATEGORIA PROFISSIONAL

I - Conteúdos programáticos EDUCAÇÃO FÍSICA

- ❖ Educação Física Hospitalar;
- ❖ Atenção Psicossocial;
- ❖ Código de Ética Profissional da Educação Física;
- ❖ Desenvolvimento Humano;
- ❖ Educação Física e Saúde Pública;
- ❖ Educação Física na Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas.

Bibliografia Recomendada:

1. BAPTISTA, Juliana Ávila; CAMATTA, Marcio Wagner Camatta; FILIPPON, Paula Gonçalves Filippin; SCHNEIDER, Jacó Fernando. Projeto terapêutico singular na saúde mental: uma revisão integrativa. Rev Bras Enferm. 2020;73(2). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0508>
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União 2011; dez 26. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia de Atividade Física para a População Brasileira. Brasília, 2021. 54 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf
4. COITINHO, Belit; ADAMOLI, Angélica Nickel. Práticas Corporais no lazer de pessoas com problemas relacionados ao uso de drogas: preferências, motivos e contribuições para o tratamento. Perspectiva: Ciência e Saúde, Osório, V. 5 (3): 23-41, Dez 2020. <http://sys.facos.edu.br/ojs/index.php/perspectiva/article/view/312/417>
5. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Resolução CONFEF nº 307/2015. Dispõe sobre o código de ética dos profissionais de educação física registrados no sistema CONFEF/CREFs. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confef/resolucoes/381>
6. CROCHEMORE-SILVA, Inácio et al. Prática de atividade física em meio à pandemia da COVID-19: estudo de base populacional em cidade do sul do Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 11 p. 4249-4258, 2020.
7. GRIEBLER, Eliane Mattana; CÉSAR, Maurício da Silva; AZEREDO, Débora Gaspary; MAROSTICA, Paulo José Cauduro; HARTHMANN, Angela d'Ávila. Exercício físico no tratamento de fibrose de cística em crianças: Uma revisão sistemática. Clin Biomed Res 2019; 39(1). <https://doi.org/10.4322/2357-9730.87156>
8. NASCIMENTO, Wedson Guimarães et al. Atividade física nas prioridades da OMS: ensaio teórico a partir da determinação social de saúde. Revista Pensar a Prática, v. 23, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/61098>
9. PANCERI, Carolina; PEREIRA, Keila Ruttnig Guidony; VALENTINI, Nadia Cristina. A intervenção motora como fator de prevenção de atrasos no desenvolvimento motor e cognitivo de bebês durante o período de internação hospitalar. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 25, n. 3, p. 469-479, 2017. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1721>
10. PEREIRA, Danilo César; SILVA, Daniel de Souza; BELÉM, Isabella Caroline. O profissional de educação física na recreação hospitalar: reflexões sobre a importância de sua atuação neste ambiente. EDUCERE - Revista da Educação, Umuarama v. 18, n. 1, p. 33-53, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25110/educere.v18i1.2018.6795>

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

11. PEREIRA, Keila Rutnig Guidony; SACCANI, Raquel; VALENTINI, Nadia Cristina. Cognição e ambiente são preditores do desenvolvimento motor de bebês ao longo do tempo. *Fisioterapia e Pesquisa*, v. 23, n. 1, p. 59-67, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fp/a/wrLSBQTqWGbT5nCTfLWD6tm/abstract/?lang=pt>
12. PILLATT, Ana Paula; NIELSSON, Jordana; SCHNEIDER, Rodolfo Herberto. Efeitos do exercício físico em idosos fragilizados: uma revisão sistemática. *Fisioter. Pesqui.* 26 (2). Apr-Jun 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-2950/18004826022019>
13. SILVIA, Priscilla Pinto Costa; PIMENTEL, Giuliano Gomes; CHAO, Cheng Hsin Nery. Práticas corporais, comportamento desviante e consumo de álcool e drogas: uma revisão sistemática. *Motrivivência, Florianópolis/SC*, v. 30, n. 53., p. 226-247, maio/2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n53p226>
14. SOUZA FILHO, Breno Augusto Bormann de; TRITANY, Érika Fernandes. COVID-19: importância das novas tecnologias para a prática de atividades físicas como estratégia de saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 5, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/5hLHLw8HfzqWsGVHMGZGdYxj/?lang=pt>

II - Conteúdos programáticos ENFERMAGEM

- ❖ Sistematização da Assistência e Processo de Enfermagem;
- ❖ Administração e Liderança em Enfermagem;
- ❖ Ética e Legislação Profissional em Enfermagem;
- ❖ Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde nos Processos Infectocontagiosos;
- ❖ Medidas Preventivas de Controle de Infecção;
- ❖ Políticas, Planos e Cuidados relacionados a: Adulto crítico, Adulto Cirúrgico, Atenção Básica, Atenção Cardiovascular, Atenção Integral ao Usuário de Drogas, Atenção Materno Infantil, Onco-hematologia, Saúde da Criança, Saúde Mental, Obstetrícia.

Bibliografia Recomendada:

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Boletim Informativo: Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. Brasília, Jan-Jul de 2011. Disponível em: <https://www.saude.sc.gov.br/index.php/documentos/informacoes-gerais/conselhos-e-comissoes/cosep-comite-de-seguranca-do-paciente/sugestoes-de-leitura/11394-seguranca-do-paciente-boletim-anvisa-2011/file> Acesso em: jul. 2021.
2. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA no 07/2020. Orientações para a prevenção da transmissão de COVID-19 dentro dos serviços de saúde. Brasília, DF: ANVISA, 2020. Disponível em: <http://www.crosp.org.br/uploads/arquivo/152d7e2fc9238d290e6977bde5b6025a.pdf> Acesso em: jul. 2021.
3. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções relacionada à assistência à saúde (PNPCIRAS) 2021 a 2025. Brasília, DF: ANVISA, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/pnpciras_2021_2025.pdf Acesso em: jul. 2021.
4. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Segurança do paciente em serviços de saúde: Higienização das Mãos. Brasília, DF: ANVISA, 2009. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/seguranca_paciente_servicos_saude_higienizacao_maos.pdf Acesso em: jul. 2021.
5. AMERICAN HEART ASSOCIATION. Destaques das Diretrizes da American Heart Association 2020 para RCP e ACE. Disponível em: https://cpr.heart.org/-/media/cpr-files/cpr-guidelines-files/highlights/hghlights_2020eccguidelines_portuguese.pdf. Acesso em: jul. 2021.
6. BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 7.867, de 2017 (da Sra. Jô Moraes). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=AC09E88E486E2C6AC480F5277D5BCDB.proposicoesWebExterno1?codteor=1574562&filename=Avalso+PL+7867/2017 Acesso em: jul. 2021.
7. BRASIL. Lei nº 13.840 de 05 de junho de 2019. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-13.840-de-5-de-junho-de-2019-155977997>. Diário Oficial da União; 2019. Acesso em: jul. 2021.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 569, de 1o de junho de 2000. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2000. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/saudefis/gm/2000/prt0569_01_06_2000_rep.html Acesso em: jul. 2021.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf Acesso em: jul. 2021.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Nota Técnica nº 11/2019. Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf> Acesso em: jul. 2021.
11. BRASIL. PORTARIA SAES/MS nº 1.399, de 17 de dezembro de 2019: Redefine os critérios e parâmetros referenciais para a habilitação de estabelecimentos de saúde na alta complexidade em oncologia no âmbito do SUS. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/dezembro/19/PORTARIA-N-1399-DE-17-12-2019-ONCOLOGIA.pdf> Acesso em: jul. 2021.
12. CAMPANHA, R.T.; MAGALHÃES, A.M.M. de; OLIVEIRA, J.L.C. de; KRELING, A.; RIBOLDI, C. de O. Liderança na enfermagem hospitalar brasileira: contribuições para a qualidade do cuidado e segurança do paciente. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11301> Acesso em: jul. 2021.
13. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem: Resolução COFEN 311 de 2007. Brasília: Conselho Federal de Enfermagem; 2007. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf Acesso em: jul. 2021.
14. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Segundo desafio global para a segurança do paciente: Cirurgias seguras salvam vidas (orientações para cirurgia segura da OMS) / Organização Mundial da Saúde; tradução de Marcela Sánchez Nilo e Irma Angélica Durán – Rio de Janeiro: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2009. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/seguranca_paciente_cirurgias_seguras_salvam_vidas.pdf Acesso em: jul. 2021.
15. ROCHA, E.N; LUCENA, A.F. Projeto Terapêutico Singular e Processo de Enfermagem em uma perspectiva de cuidado interdisciplinar. *Rev Gaúcha Enferm.* 2018; 39: e 2017-0057. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/j44NB5YtJxShVzB85rJDKZr/?lang=pt> Acesso em: jul. 2021.

III - Conteúdos programáticos FARMÁCIA

- ❖ Análises Clínicas: Bioquímica Clínica, Uroanálise, Imunologia Clínica, Hematologia Clínica, Microbiologia Clínica e Biologia Molecular
- ❖ Cálculos farmacêuticos
- ❖ Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica
- ❖ Farmacoepidemiologia
- ❖ Farmacologia Geral
- ❖ Farmacovigilância;
- ❖ Gerenciamento e Logística de medicamentos
- ❖ Legislação farmacêutica
- ❖ Qualidade e Segurança do Paciente

Bibliografia Recomendada:

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução-RDC nº 67, de 8 de outubro de 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias. Disponível em: http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_67_2007_COMP.pdf/5de28862-e018-4287-892e-a2add589ac26
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Cuidado farmacêutico na atenção básica: Caderno 1. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Portaria nº 485, de 11 de novembro de 2005. Aprova a norma regulamentadora nº 32 - Segurança e saúde no trabalho em estabelecimentos de saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF; 2005.
- COMITÊ BRASILEIRO DE TESTES DE SENSIBILIDADE AOS ANTIMICROBIANOS - BrCast. Teste sensibilidade aos antimicrobianos, Método de disco difusão EUCAST. Versão 6.0, Janeiro de 2017.
- Diretriz Nacional para Elaboração de Programa de Gerenciamento do Uso de Antimicrobianos em Serviços de Saúde. ANVISA, 2017. Disponível em: <https://www.ccih.med.br/wp-content/uploads/2018/01/Diretriz-Nacional-para-Elabora%C3%A7%C3%A3o-de-Programa-de-Gerenciamento-do-Uso-de-Antimicrobianos-em-Servi%C3%A7os-de-Sa%C3%BAde.pdf>
- FERRACINI, Fábio Teixeira, BORGES FILHO, Wladimir Mendes. Farmácia Clínica - Segurança na Prática Hospitalar. Edição: 1ª. Ano: 2011
- MILLER, Joseph Michael et al. A guide to utilization of the microbiology laboratory for diagnosis of infectious diseases: 2018 update by the Infectious Diseases Society of America and the American Society for Microbiology. Clinical Infectious, [s. l.], v. 67, n. 6, p. e1-e94, 2018.
- PREVENÇÃO DE ERROS DE PRESCRIÇÃO. ISSN: 2317-2312 | VOLUME 10 | NÚMERO 2 | MARÇO 2021. Boletim ISMP. Disponível em: https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2021/03/Boletim_ismp_prevencao_erros_prescricao_.pdf
- PROMOÇÃO DO USO SEGURO DE MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS. ISSN: 2317-2312 | VOLUME 9 | NÚMERO 5 | SETEMBRO 2020. Boletim ISMP. Disponível em: https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2020/09/Boletim-ISMP-Brasil-Medicamentos-Biologicos_.pdf
- RECOMENDAÇÕES da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial (SBPC/ML): realização de exames em urina. Barueri: Manole, 2017. Seções 4, 7, 8 e 12. Disponível em: http://www.bibliotecasbpc.org.br/arcs/pdf/ExamesUrina_v2.pdf. Acesso em: 08 jul. 2020.
- RECOMENDAÇÕES da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial (SBPC/ML): fatores pré-analíticos e interferentes em ensaios laboratoriais. Barueri: Manole, 2018. Seções 1, 4, 6, 8, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 32 e 33
- SANTOS, Luciana dos; TORRIANI, Mayde Seadi; BARROS, Elvino José Guardão (org.). Medicamentos na prática da farmácia clínica. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR E SERVIÇOS DE SAÚDE. Padrões mínimos para farmácia hospitalar e serviços de saúde. 3. ed. São Paulo: SBRAFH, 2017.
- VARALLO, Fabiana Rossi, MASTROIANNI, Patrícia de Carvalho. Farmacovigilância: da teoria à prática. 2013 Editora UNESP. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/113722/ISBN9788539304158.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

IV - Conteúdos programáticos FISIOTERAPIA

- ❖ Avaliação fisioterapêutica
- ❖ Desenvolvimento neuropsicomotor da criança
- ❖ Fisiologia e Fisiopatologia cardiorrespiratória
- ❖ Fisioterapia em Pediatria e Neonatologia
- ❖ Fisioterapia na Saúde Coletiva
- ❖ Fisioterapia no pré e pós-operatórios de cirurgia (geral, torácica, abdominal, cardíaca, oncológica, traumatológica, transplantes)
- ❖ Fisioterapia no Paciente Cardíaco
- ❖ Fisioterapia no Paciente Crítico
- ❖ Técnicas de fisioterapia respiratória e motora
- ❖ Ventilação mecânica invasiva e não invasiva

Bibliografia Recomendada:

- AQUIM, E.E.; BERNARDO, W.M.; BUZZINI, R.F.; AZEREDO, N.S.G.; CUNHA, L.S.; DAMASCENO, M.C.P. et al. Diretrizes Brasileiras de Mobilização Precoce em Unidade de Terapia Intensiva. Revista Brasileira de Terapia Intensiva. 2019;31(4):434-443 - Disponível em: <https://www.scielo.br/rbti/a/5HVNpmmYx8Z5mcgrcLV7GJ/?format=pdf&lang=pt>
- ASSOBRAFIR. Comunicação oficial. Recursos fisioterapêuticos utilizados em unidades de terapia intensiva para avaliação e tratamento das disfunções respiratórias de pacientes com COVID-19. São Paulo: ASSOBRAFIR, 2020. Disponível em: <https://assobrafirciencia.org/article/10.47066/2177-9333.AC20.covid19.007/pdf/assobrafir-11-Suplemento+1-73.pdf>
- BARBOSA, D.D.; TROJAHN, M.R. et al. Strength training protocols in hemiparetic individuals post stroke: a systematic review. Fisioter Mov. 2018;31:e003127. Disponível em: <https://www.scielo.br/fm/a/CyRYBg4KNP6wrXVr4ynnJKM/?lang=en&format=pdf>
- BORGES, Daniel Lago; RAPELLO, Gabriel Victor Guimarães; DEPONTI, Gracieli Nadalon; ANDRADE, Flávio Maciel Dias de; em nome do Comitê COVID-19 da ASSOBRAFIR. Posição prona no tratamento da insuficiência respiratória aguda na COVID-19*. Disponível em: <https://www.assobrafirciencia.org/article/10.47066/2177-9333.AC20.covid19.011/pdf/assobrafir-11-Suplemento+1-111.pdf>
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde: cuidados gerais. 2. ed. atual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. v. 1. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_v1.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de apoio à saúde da família: volume 1: ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 39). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção humanizada ao recém-nascido: Método Canguru: manual técnico. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_metodo_canguru_manual_3ed.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com acidente vascular cerebral. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_acidente_vascular_cerebral.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de atenção à pessoa com lesão medular. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_pessoa_lesao_medular_2ed.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes de estimulação precoce: crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_estimulacao_crianças_0a3anos_neuropsicomotor.pdf
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Orientações sobre o tratamento Farmacológico do paciente adulto hospitalizado com Covid-19. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/recomendacoes/tto_farmacologico_pacienteadulthospitalizado_covid19_18052021.pdf/view
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Orientações sobre otimização do uso de oxigênio e suporte ventilatório em pacientes graves com Covid-19. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/recomendacoes/orientacoes-sobre-otimizacao-do-uso-de-oxigenio-e-suporte-ventilatorio-em-pacientes-graves-com-covid-19/view>
- CAMARGO, Priscila Cilene León Bueno de et al. Transplante pulmonar: abordagem geral sobre seus principais aspectos. Jornal Brasileiro de Pneumologia, Brasília, DF, v. 41, n. 6, p. 547-553, dez. 2015. <https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/RMDQLKRdXqgxrX5MSn4D4rk/?lang=pt&format=pdf>
- CARVALHO, Carlos Roberto Ribeiro de; TOUFEN JUNIOR, Carlo; FRANCA, Suelene Aires. III Consenso brasileiro de ventilação mecânica. Ventilação mecânica: princípios, análise gráfica e modalidades ventilatórias. Jornal Brasileiro de Pneumologia, Brasília, DF, v. 33, supl.2, p.54-70, jul. 2007. <https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/4y7hFzHCx3HwdWpjpD9yNQ/?lang=pt&format=pdf>

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

15. CARVALHO, Tales de et al. Diretriz brasileira de reabilitação cardiovascular - 2020. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, Rio de Janeiro, v. 114, n. 5, p. 943-987, 2020. <http://publicacoes.cardiol.br/portal/abc/portugues/2020/v11405/pdf/11405022.pdf>
16. DIRETRIZES Brasileiras de Ventilação Mecânica 2013. São Paulo: AMIB; SBPT, 2013. (Documento do I Fórum de Diretrizes em Ventilação Mecânica AMIP e SBPT). Disponível em: https://www.amib.org.br/fileadmin/user_upload/amib/2018/junho/15/Diretrizes_Brasileiras_de_Ventilacao_Mecanica_2013_AMIB_SBPT_Arquivo_Eletronico_Oficial.pdf
17. FRANCA, Eduardo Érico Tenório de et al. Fisioterapia em pacientes críticos adultos: recomendações do Departamento de Fisioterapia da Associação de Medicina Intensiva Brasileira. Revista Brasileira de Terapia Intensiva, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 6-22, mar. 2012. <https://www.scielo.br/rbti/a/GxYxWJ3HssKPrYpKxn9MLn/?lang=pt&format=pdf>
18. HODGSON, Carol L. et al. Expert consensus and recommendations on safety criteria for active mobilization of mechanically ventilated critically ill adults. Critical Care, [s. l.], v. 18, n. 658, 2014. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4301888/pdf/13054_2014_Article_658.pdf
19. Johnston C, Stopiglia MS, Ribeiro SNS, Baez CSN, Pereira SA. Primeira recomendação brasileira de fisioterapia para estimulação sensorio-motora de recém-nascidos e lactentes em unidade de terapia intensiva. Revista Brasileira de Terapia Intensiva. 2021;33(1):12-30. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbti/a/SRWZY3WrvdfxZRzdJt8phK/?lang=pt&format=pdf>
20. JOHNSTON, Cíntia et al. I Recomendação brasileira de fisioterapia respiratória em unidade de terapia intensiva pediátrica e neonatal. Revista Brasileira de Terapia Intensiva, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 119-129, jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbti/a/D5smkkwX8wVZvMLDQHGM6M/?lang=pt&format=pdf>
21. MATTOS, S.S. Fisiologia da Circulação Fetal e Diagnóstico das Alterações Funcionais do Coração do Feto. Arq Bras Cardiol volume 69, (no 3), 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/abc/a/5vm7nQNRv8bMRVmg4P6wCQN/?format=pdf&lang=pt>
22. PAIVA, Kelly Cristina A; BEPPU, Osvaldo S. Posição prona. Jornal Brasileiro de Pneumologia, Brasília, DF, v. 31, n. 4, p. 332-340, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/zqYG3VfCWkY9b39tGrqWgFd/?lang=pt&format=pdf>
23. PIEPOLI, Massimo F. et al. Exercise training in heart failure: from theory to practice. A consensus document of the Heart Failure Association and the European Association for Cardiovascular Prevention and Rehabilitation. European Journal of Heart Failure, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 347-357, 2011. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1093/eurjhf/hfr017>
24. PINHEIRO, Alessandra Rigo; CHRISTOFOLETTI, Gustavo. Fisioterapia motora em pacientes internados na unidade de terapia intensiva: uma revisão sistemática. Revista Brasileira de Terapia Intensiva, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 188-196, jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbti/a/Q4zRHLYsNX7vSLtJVQXcGsp/?lang=pt&format=pdf>
25. RECOMENDAÇÃO Brasileira de Fisioterapia na Fibrose Cística: um guia de boas práticas clínicas. ASSOBRAFIR Ciência, Londrina, v. 10, supl. 1, 2019. p. 21-60. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/rebrafis/article/view/36629/0>
26. RIBEIRO, J.D.; FISCHER, G.B. Chronic obstructive pulmonary diseases in children. J Pediatr (Rio J) 2015;91 Supl 1:S11-25 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/D6sWgYVPSYSmw57YpsNJSmw/?lang=pt&format=pdf>
27. SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA. Consensos Brasileiros de Ortopedia e Traumatologia. São Paulo: Agência Najaca, 2019. Disponível em: <https://sbot.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Consensos.pdf>
28. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA. II CONSENSO BRASILEIRO SOBRE DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA - DPOC – 2004. Jornal Brasileiro de Pneumologia, Brasília, DF, v. 30, supl. 5, Nov. 2004. Disponível em: https://cdn.publisher.gn1.link/jornaldepneumologia.com.br/pdf/Suple_124_40_DPOC_COMPLETO_FINALImpresso.pdf
29. WINSTEIN, Carolee J. et al. Guidelines for adult stroke rehabilitation and recovery: a guideline for healthcare professionals from the American Heart Association/American Stroke Association. Stroke, [s. l.], v. 47, n. 6, p. e98-e169, 2016. Disponível em: <https://www.ahajournals.org/doi/pdf/10.1161/STR.000000000000098>

V - Conteúdos programáticos FONOAUDIOLOGIA

- ❖ Atuação fonoaudiológica em Emergência, CTI/UTI e Internação do Adulto Crítico;
- ❖ Atuação fonoaudiológica em Emergência, CTI/UTI e Internação da Criança;
- ❖ Avaliação e diagnóstico fonoaudiológico;
- ❖ Avaliações complementares em Fonoaudiologia Hospitalar;
- ❖ Código de Ética em Fonoaudiologia;
- ❖ Fonoaudiologia Hospitalar;
- ❖ Reabilitação fonoaudiológica.

Bibliografia Recomendada:

1. AMERICAN SPEECH-LANGUAGE-HEARING ASSOCIATION - ASHA. Pediatric Dysphagia. [site ASHA].
2. ARVEDSON Joan C. Assessment of pediatric dysphagia and feeding disorders: clinical and instrumental approaches Developmental Disabilities Research Reviews, [s. l.], n.14, p. 118-127, 2008.
3. BALBINOT, Jordana et al. Protocolos de avaliação da deglutição: norteadores e limitações. Clinical and Biomedical Research, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 339-347, 2018.
4. BEBER, Bárbara Costa. Proposta de apresentação da classificação dos transtornos de linguagem oral no adulto e no idoso. Distúrbios da Comunicação, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 160-169, mar. 2019.
5. BOLZAN, Geovana de Paula et al. Contribuição da ausculta cervical para a avaliação clínica das disfagia orofaríngeas. Revista CEFAC, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 455-465, abr. 2013.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Método Canguru: diretrizes do cuidado. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. 84 p. [Capítulos: Introdução, primeira, segunda e terceira etapa – p. 5-12; Intervenções no meio ambiente da UN – p. 23-26; Cuidados posturais – p. 27-30; Nutrição do RNTP – p. 39-46.]
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes de atenção da triagem auditiva neonatal. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019. [Capítulos: Princípios – p. 17-19; Leite materno: o primeiro alimento – p. 21-62; A criança e a alimentação a partir dos 6 meses – p. 93-134; Doze passos para uma alimentação saudável – p. 221-228.]
9. CARMO, Layanne Ferreira dos Santos et al. Gerenciamento do risco de broncoaspiração em pacientes com disfagia orofaríngea. Revista CEFAC, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 532-540, jul. ago. 2018.
10. CÓDIGO DE ÉTICA DA FONOAUDIOLOGIA. [Lei nº 6.965/1981]. Outubro de 2016.
11. CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Resolução CFFa nº 492, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre a regulamentação da atuação do profissional fonoaudiólogo em disfagia e dá outras providências.
12. COSTA, Karrie N. da; GUIMARÃES, Valeriana de C. Fonoaudiologia nos serviços de urgência e emergência do Brasil: série histórica de 2005 a 2011. Distúrbios da Comunicação, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 69-75, maio 2012.
13. ETGES, Camila Lucia et al. Instrumentos de rastreamento em disfagia: uma revisão sistemática. CoDAS, São Paulo, v. 26, n. 5, p. 343-349, out. 2014.
14. FUJINAGA, Cristina Ide et al. Confiabilidade do instrumento de avaliação da prontidão do prematuro para alimentação oral. Pró-Fono Revista de Atualização Científica, Barueri, v. 19, n. 2, p. 143-150, jun. 2007.
15. FURKIM, Ana Maria et al. A instituição asilar como fator potencializador da disfagia. Revista CEFAC, São Paulo, v. 12, n. 6, p. 954-963, dec. 2010.

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

16. FURKIM, Ana Maria; SACCO, Andréa Baldi de Freitas. Eficácia da fonoterapia em disfagia neurogênica usando a escala funcional de ingestão por via oral (FOIS) como marcador. Revista CEFAC, São Paulo, v.10, n.4, p. 503-512, out-dez, 2008.
17. GERSZT, Paula Pinheiro et al. Interferência do tratamento medicamentoso imediato e tardio na doença de Parkinson no gerenciamento da disfagia. Revista CEFAC, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 604-619, abr. 2014.
18. GODAY, Praveen S. et al. Pediatric feeding disorder - consensus definition and conceptual framework. Journal of Pediatric Gastroenterology and Nutrition, [s. l.], v. 68, n. 1, p. 124-129, Jan. 2019.
19. JADCHERLA, Sudarshan. Dysphagia in the high-risk infant: potential factors and mechanisms. The American Journal of Clinical Nutrition, [s. l.], v. 103 (suppl.), n. 2, p. 622S-628S, 2016.
20. JUNQUEIRA, Patrícia et al. O papel do fonoaudiólogo no diagnóstico e tratamento multiprofissional da criança com dificuldade alimentar: uma nova visão. Revista CEFAC, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1004-1011, maio/jun. 2015.
21. LAU, Chantal. Interventions to improve oral feeding performance of preterm infants. Perspectives on Swallowing and Swallowing Disorders (Dysphagia), [s. l.], v. 23, n. 1, p. 23-45, Feb. 2014.
22. LAU, Chantal; SMITH E. O. A novel approach to assess oral feeding skills of preterm infants. Neonatology, [s.l.], v. 100, n. 1, p. 64-70, 2011.
23. MILLER, Claire Kane. Aspiration and swallowing dysfunction in pediatric patients. ICAN: Infant, Child, & Adolescent Nutrition, [s.l.], v. 3, n. 6, p. 336-343, 2011.
24. PADOVANI, Aline Rodrigues et al. Protocolo fonoaudiológico de avaliação do risco para disfagia (PARD). Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 199-205, jul./set. 2007.
25. SILVA, Roberta Gonçalves da et al. Protocolo para controle de eficácia terapêutica em disfagia orofaríngea neurogênica (PROCEDON). Revista CEFAC, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 75-81, fev. 2010.
26. SILVA-MUNHOZ, Lenice de F.; BÜHLER, Karina Elena B.; LIMONGI, Suely C.O. Comparação entre as avaliações clínica e videofluoroscópica da deglutição em crianças com suspeita de disfagia. CoDAS, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 186-192, 2015.
27. VIEIRA, Ana Cláudia C. et al. Afasias e áreas cerebrais: argumentos prós e contras à perspectiva localizacionista. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 588-596, 2011.
28. YEAR 2019 position statement: principles and guidelines for early hearing detection and intervention programs. Journal of Early Hearing Detection and Intervention, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 1-44, 2019.

VI - Conteúdos programáticos NUTRIÇÃO

- ❖ Avaliação nutricional nos ciclos da vida;
- ❖ Ingestão, digestão, absorção, transporte e metabolismo de nutrientes;
- ❖ Legislação da prática de nutrição enteral;
- ❖ Legislação Profissional em Nutrição e Ética Profissional;
- ❖ Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição;
- ❖ Terapia nutricional nas condições clínicas e cirúrgicas nos ciclos da vida.

Bibliografia Recomendada:

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA. Resolução RDC 63, de 06 de julho de 2000. Aprova o regulamento técnico para fixar os requisitos mínimos exigidos para a terapia de nutrição enteral. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2000.
2. AGUILAR-NASCIMENTO, José Eduardo et al. Diretriz ACERTO de intervenções nutricionais no perioperatório em cirurgia geral eletiva. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, Rio de Janeiro, v. 44, n. 6, p. 633-648, 2017.
3. ATHANAZIO, R. A. et al. Diretrizes brasileiras de diagnóstico e tratamento da fibrose cística, J Bras Pneumol, vol. 43, nº 3, pp. 219–245, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/CtkWJ8LjzyxPvKvLB5fGndC/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: jun. 2021.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Consenso nacional de nutrição oncológica. 2. ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: INCA, 2015. v.1.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Consenso nacional de nutrição oncológica. 2. ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: INCA, 2016. v. 2.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, nº 38).
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. 2. ed. v.4. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Capítulos 35 e 36. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_v4.pdf. Acesso em: jul. 2020.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019.
10. BRAZILIAN SOCIETY OF PARENTERAL AND ENTERAL NUTRITION. Diretriz BRASPEN de terapia nutricional no envelhecimento. BRASPEN Journal, São Paulo, v.34; Supl 3, p. 2-58, 2019.
11. BRAZILIAN SOCIETY OF PARENTERAL AND ENTERAL NUTRITION. Diretriz brasileira de terapia nutricional. BRASPEN Journal, São Paulo, v.33, Supl 1, 2018. Disponível em: https://f9fcfebf-80c1-466a-835e-5c8f59fe2014.filesusr.com/ugd/a8daef_695255f33d114cdfba48b437486232e7.pdf Acesso em: jun. 2021.
12. CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN nº 599, de 25 de fevereiro de 2018. Aprova o código de ética e de conduta do nutricionista e dá outras providências. Brasília, DF: CFN, 2018.
13. MATOS, Liane Brescovici N. et al. Campanha diga não à lesão por pressão. BRASPEN Journal, São Paulo, v.35, Supl 1, p. 2-32, 2020.
14. OLIVEIRA, Aline Mercadenti; SILVA, Flávia Moraes (org.). Dietoterapia nas doenças do adulto. Rio de Janeiro: Rubio, 2018. Capítulos: 2, 6, 14, 15, 36 e 44.
15. OLIVEIRA, Aline Mercadenti; SILVA, Flávia Moraes; DALL'ALBA, Valesca (org.). Dietoterapia nas doenças gastrointestinais do adulto. Rio de Janeiro: Rubio, 2016. Capítulos: 1, 2, 5, 10, 14, 15 e 20.
16. TOLEDO, Diogo et al. Campanha "Diga não à desnutrição": 11 passos importantes para combater a desnutrição hospitalar. BRASPEN Journal, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 86-100.
17. TOLEDO, Diogo; CASTRO, Melina (org.). Terapia nutricional em UTI. Rio de Janeiro: Rubio, 2019. Capítulos: 13, 14, 15, 29 e 32.

VII - Conteúdos programáticos PSICOLOGIA

- ❖ Avaliação psicológica e psicodiagnóstico
- ❖ Ética Profissional e Bioética
- ❖ Psicologia Clínica e Hospitalar
- ❖ Psicologia do Desenvolvimento
- ❖ Psicopatologia
- ❖ Técnica em Psicologia

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

Bibliografia Recomendada:

1. BOTEGA, Neri José (org). Prática psiquiátrica no Hospital Geral: interconsulta e emergência. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
2. CARDOSO, Erika Arantes de Oliveira; GARCIA, Juliana Tomé; SANTOS, Lucas Lotério dos, SANTOS, Manoel Antônio dos. Comunicando más notícias em um hospital geral: a perspectiva do paciente. Revista da SPAGESP, v.19, n.1, 2018, 90-102 <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6598247> | <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v19n1/v19n1a08.pdf>
3. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) nos serviços hospitalares do SUS. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-nos-servicos-hospitalares-do-sus/>
4. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de ética profissional do psicólogo. 2005.
5. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 06/2019 comentada. Orientações sobre elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(a) no exercício profissional. [Documento online].
6. EIZIRIK, Cláudio L.; AGUIAR, Rogério W.; SCHESTATSKY, Sidnei. S. (org.). Psicoterapia de orientação analítica: fundamentos teóricos e clínicos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
7. EIZIRIK, Cláudio L.; BASSOLS, Ana Margareth S. (org.). O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
8. GOBI, Malena Batecini. Comunicação de más notícias: um olhar da psicologia. Diaphora, v.9, n.1, 2020, 66-69 <http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/213>
9. HUTZ, Cláudio S.; BANDEIRA, Denise R.; TRENTINI, Clarissa M.; KRUG, Jefferson S. (org.). Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed, 2016.
10. HUTZ, Cláudio S.; BANDEIRA, Denise R.; TRENTINI, Clarissa M.; REMOR, Eduardo (org.). Avaliação psicológica nos contextos de saúde e hospitalar. Porto Alegre: Artmed, 2019.
11. MARCELLI, Daniel; COHEN, David. Infância e psicopatologia. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

VIII - Conteúdos programáticos SERVIÇO SOCIAL

- ❖ Estado e Políticas Sociais;
- ❖ Ética em Serviço Social;
- ❖ Família e Serviço Social;
- ❖ O Trabalho do Assistente Social na Saúde;
- ❖ Pesquisa em Serviço Social;
- ❖ Serviço Social, questões contemporâneas e Saúde.

Bibliografia Recomendada:

1. ALMEIDA, Andréa Cristina da Silva; PEDERSEN, Jaina Raqueli Pedersen; SILVA, Jorge Alexandre da. Estatuto da Criança e do Adolescente: os (des)caminhos na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes. Emancipação, 2020, v. 20, Seção Temática 30 anos do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, p. 1-24. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.20.2016513.031> Acesso em: jun. 2021
2. ALVES, P. K. L. A crise do capital e as refrações da questão social. SER Social Brasília, v. 23, n.48, 2021. Disponível em https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/30424/28791. Acesso em: jun. 2021
3. ARAÚJO, Luciene et al. Serviço social e pesquisa científica: uma relação vital para a formação profissional. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 81-89, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p81>. Epub 27 Feb 2020. ISSN 1982-0259. Acesso em: jun. 2021
4. CARDOSO, M. S.; PEREIRA, C. A. Reflexões sobre ética, cotidiano e práxis profissional da/o assistente social. Revista Serviço Social em Perspectiva Montes Claros, v.2, n.1, jan/jun-2018. Disponível em <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/357/389> Acesso em: jun. 2021
5. FAGUNDES, P. F.; SCANDOLA, E. M. R.; OLIVEIRA, K. R. Gestão de alta hospitalar em Cuidados Continuados Integrados (CCI). Serv. Soc. & Saúde Campinas, SP v. 19 1- 25, 2020. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8665386/26526> Acesso em: jun. 2021
6. FARIA, Rivaldo Mauro de. A territorialização da Atenção Básica à Saúde do Sistema Único de Saúde do Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, 2020, v. 25, n. 11, p. 4521-4530. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202511.30662018> Acesso em: jun. 2021.
7. LEAL, Joice Helena Martins; NOGUEIRA, Ana Cláudia Correia; LIMA, Fernando Lopes Tavares de. Serviço Social e Educação Permanente: interface entre preceptoria e formação em saúde. Temporalis, 2018, v. 18, n. 36, p. 379-396. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2018v18n36p379-396>. Acesso em: jun. 2021.
8. LIMA, Sara Fiterman et al. Dinâmica da oferta de cuidados paliativos pediátricos: estudo de casos múltiplos. Cadernos de Saúde Pública, 2020, v. 36, n. 9, p. 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00164319> Acesso em: jun. 2021.
9. OROZIMBO, Elizete Matias Barbosa; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Sentidos de família e o desafio para a intersetorialidade na proteção social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 137, p. 95-112, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.203>. Epub 07 Feb 2020. ISSN 2317-6318. Acesso jun. 2021.
10. PEDUZZI, Marina et al. Trabalho em equipe: uma revisita ao conceito e a seus desdobramentos no trabalho interprofissional. Trabalho, Educação e Saúde, 2020, v. 18, suplemento 1, p. 1-20. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00246> Acesso em: jun. 2021.
11. SANTOS, Gilney Costa; BAPTISTA, Tatiana Vargas de Farias; CONSTANTINO, Patrícia. “De quem é esse bebê?": desafios para o direito à maternidade de mulheres em situação de rua. Cadernos de Saúde Pública, 2021, v. 37, n. 5, p. 1-17. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/static/arquivo/1678-4464-csp-37-05-e00269320.pdf>. Acesso em: jun. 2021.
12. SANTOS, Viviane Medeiros dos. Transformações societárias: repercussões no serviço social. Revista Katálysis [online]. 2020, v. 23, n. 01, pp. 53-62. Epub 27 Feb 2020. ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p53> Acesso em: jun. 2021
13. SCHAPPO, Sirlândia. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia de Covid-19. SER Social, Brasília, jan/jun 2021, v. 23, n. 48, p. 28-52. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/32423/28783 Acesso em: jun. 2021.
14. SILVA, Anabella Pavão da; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Breves considerações sobre as “cores” da diversidade sexual e de gênero: situando o Serviço Social. Temporalis, 2019, n. 37, p. 102-117. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2019v19n37p102-117> Acesso em: jun. 2021.
15. SOARES, Raquel Cavalcante, Correia, Maria Valéria Costa e Santos, Viviane Medeiros dos. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. Serviço Social & Sociedade [online]. 2021, n. 140, pp. 118-133. Epub 22 Feb 2021. ISSN 2317-6318. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.241> Acesso em: jun. 2021]

IX - Conteúdos programáticos TERAPIA OCUPACIONAL

- ❖ Ética Profissional;
- ❖ Terapia Ocupacional na Saúde Mental;
- ❖ Terapia Ocupacional no contexto da pandemia por COVID-19;
- ❖ Transtornos mentais;
- ❖ Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias: habilidades sociais e prevenção de recaída.

Bibliografia Recomendada:

1. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução nº 425, de 08 de julho de 2013. Estabelece o código de ética e deontologia da terapia ocupacional. Brasília, DF: CREFITO, 2013.
2. DE-CARLO, M. M. R. do P.; GOMES-FERRAZ, C. A.; REZENDE, G.; BUIN, L.; MOREIRA, D. J. A.; SOUZA, K. L. de; SACRAMENTO, A. M.; SANTOS, W. de A.; MENDES, P. V. B.; VENDRUSCULO-FANGEL, L. M. Diretrizes para a assistência da terapia ocupacional na pandemia da COVID-19 e perspectivas pós-pandemia. Medicina (Ribeirão Preto),

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

- [S. l.], v. 53, n. 3, p. 332-369, 2020. DOI: 10.11606/issn.2176-7262.v53i3p332-369. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/173471> Acesso em: jun. 2021.
3. FERNANDES, A.D.S.A., SPERANZA, M., MAZAK, M.S.R., GASPARINI, D.A., CID, M.F.B. (2021). Desafios cotidianos e possibilidades de cuidado com crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) frente à COVID-19. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 29, e2121. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAR2121>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/dv6V3fVwSm7jHYCG3QZrdTc/?lang=pt>.
 4. LAPPANN, Nadja Cristiane et al. Craving pelo crack nos usuários em tratamento no centro de atenção psicossocial. *SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.* (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 19-24, mar. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v11i1p19-24> ou http://pepsic.bvsalud.org/pdf/smad/v11n1/pt_04.pdf acessos em jul. 2021.
 5. LARIMER, M.E.; PALMER, R.S.; MARLATT, G.A. Relapse prevention. An overview of Marlatt's cognitive-behavioral model. *Alcohol Res Health*. 1999; 23(2):151-160. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6760427/>
 6. LIMBERGER, Jéssica et al. Treinamento em habilidades sociais para usuários de drogas: revisão sistemática da literatura. *Contextos Clínicos, São Leopoldo*, v. 10, n. 1, p. 99-109, jan./jun. 2017.
 7. MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014. Páginas: Transtornos do Neurodesenvolvimento: 31 à 33; Espectro da Esquizofrenia e outros transtornos psicóticos: 88 à 87; Transtorno Bipolar: 123; Transtornos depressivos: 155; Transtorno de Ansiedade 189 à 190; Transtorno Obsessivo Compulsivo 235 à 237; Transtornos Relacionados a Substâncias e Transtornos Aditivos: 483 à 484. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiAi87zoYbxAhUDH7kGHZ3Jdt8QFjAAegQIAHAD&url=http%3A%2F%2Fwww.niip.com.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2018%2F06%2FManual-Diagnosico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf&usg=AOvVaw310E_zUML9yhu2Ou9Y_V9t
 8. PEREIRA, D.C.; RUZZI-PEREIRA, A.; PEREIRA, P.E.; TREVISAN, E.R. Desempenho ocupacional de adolescentes de um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSI). *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 11-17, 2014. DOI: 10.11606/issn.2238-6149.v25i1p11-17. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/62256> Acesso em: jun. 2021.
 9. SILVA, J.J.B.; NASCIMENTO, A.C.B. Terapia Ocupacional e Telessaúde em tempos de Covid-19. *Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro*. 2020. v.4(6):1013-1022. DOI: 10.47222/2526-3544.rto36001. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/36001>
 10. SILVA, Carla Regina et al. Creative strategies and homeless people: occupational therapy, art, culture and sensitive displacement. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional* [online]. 2018, v. 26, n. 02 [Acessado 7 Junho 2021], pp. 489-500. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoRE1128>>. Epub Apr-Jun 2018. ISSN 2526-8910. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoRE1128>.
 11. SIMONELLI, A.P.; JACKSON FILHO, J.M.; TEIXEIRA, A.C., OLIVEIRA, B.A.; FRIEBE, E. C.L., CANALI, R., BORDIGNON, T.M.; OLIVEIRA, V.P.M. (2020). Enquadramento da temática da inclusão de pessoas com deficiência no trabalho em *Jornal de grande circulação do estado do Paraná de 1991 a 2006*. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(2), 452-466. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/RWgVZwJpZKcNL6qgJHfWkfr/?format=pdf&lang=pt>

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

ANEXO II – REQUERIMENTO - ATENDIMENTO ESPECIAL

<Para fins de identificação do certame, imprima este anexo na íntegra, inclusive com a parte do cabeçalho onde consta a identidade do certame>

Nome completo do candidato:	
Inscrito para a vaga:	
Data de nascimento: __/__/____	Número de inscrição:
Documento de Identificação oficial:	CPF:
Telefone fixo: []	Telefone Celular: []
E-mail:	
Eu, acima qualificado(a) VENHO REQUERER atendimento especial no dia de realização da prova do Processo Seletivo Público para Residência Integrada Multiprofissional em Saúde/2022, e DECLARO , desde já, que preencho os requisitos necessários para deferimento da solicitação, que as informações aqui prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros e que estou ciente de que a não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição que garante o deferimento da solicitação, ou, ainda, que a apresentação dos documentos fora dos padrões, prazo e/ou forma solicitados implicará indeferimento da solicitação; DECLARO , ainda, que estou ciente de que, constatada falsidade em qualquer momento, poderei responder por crime contra a fé pública, nos termos da lei vigente, o que também acarretará minha eliminação deste certame. DECLARO que estou ciente que a minha solicitação está condicionada à possibilidade, à razoabilidade e às disposições deste Edital.	
MARCAR ABAIXO UM X AO LADO DO TIPO DE ATENDIMENTO ESPECIAL DE QUE NECESSITA	
<input type="checkbox"/> Acessibilidade no local de provas (Candidato cadeirante).	<input type="checkbox"/> Prova com letra ampliada (Candidato com deficiência visual). Tamanho da fonte: _____
<input type="checkbox"/> Acessibilidade no local de provas (Candidato com dificuldade de locomoção).	<input type="checkbox"/> Prova em Braille (Candidato com deficiência visual).
<input type="checkbox"/> Auxílio para preenchimento do cartão de resposta (Candidato com deficiência visual).	<input type="checkbox"/> Sala para amamentação (Candidata lactante).
<input type="checkbox"/> Auxílio para preenchimento do cartão de resposta (Candidato com deficiência motora que impeça o preenchimento do cartão).	<input type="checkbox"/> Sala especial para grupo de risco do COVID-19.
<input type="checkbox"/> Intérprete de Libras (Candidato com deficiência auditiva).	<input type="checkbox"/> Outro (descrever):
<input type="checkbox"/> Ledor (Candidato com deficiência visual).	
ATENÇÃO: Para o atendimento das condições solicitadas, os candidatos deverão apresentar laudo médico atualizado, acompanhada deste requerimento preenchido. Dados especiais para aplicação das PROVAS (Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário e/ou tratamento especial):	

Nestes Termos,
Espera Deferimento.

Local/Data

(Assinatura do Candidato)

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

ANEXO III – INSTRUÇÕES E MODELO PARA CURRICULUM VITAE

<Orientação: seguir rigorosamente a ordem abaixo para a apresentação dos documentos>

Capa e Folha de Rosto

Cabeçalho: Ministério da Educação - Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Processo Seletivo Público ao Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde/HCPA
Área de Concentração/Categoria Profissional:
CURRICULUM VITAE
Nome do Candidato:
Local e Data:

Identificação

Nome, sexo, data de nascimento, filiação, RG, CPF, endereço completo, telefone residencial, profissional e celular, e-mail

Graduação

Curso, unidade de ensino, instituição, local, período abrangido

Títulos

Títulos
Pós-graduação
Especialização (com carga horária mínima de 360 horas) Mestrado Doutorado
Atuação, Educação Permanente e Produção Técnico-Científica
Participação em eventos como palestrante, autor ou coautor de tema livre na área de saúde, educação e ciências sociais (apresentação oral ou pôster) - nos últimos 5 anos (contados retroativamente da data de publicação deste edital)
Participação em eventos de atualização e/ou aperfeiçoamento na área de saúde, educação e ciências sociais (congressos, cursos, simpósios, jornadas, oficinas, seminários, encontros) - nos últimos 5 anos (contados retroativamente da data de publicação deste edital)
Participação em atividades extracurriculares na área de saúde, educação e ciências sociais (projetos de pesquisa e extensão, bolsas de iniciação científica, monitorias, estágios não obrigatórios) - nos últimos 5 anos (contados retroativamente da data de publicação deste edital)
Publicação de artigo em revista indexada ou capítulo de livro ou livro
Experiência profissional não acadêmica - nos últimos 5 anos (contados retroativamente da data de publicação deste edital)
Experiência na área profissional

Observações:

1. Na análise do *curriculum vitae*, será considerado, para definição dos últimos 5 anos, o período contado retroativamente da data de publicação deste edital.
2. Considerando o limitador de **dez vezes o número de vagas existentes em cada Programa**, para fins de classificação, a apresentação do currículo e dos títulos comprobatórios, para desempate, deverá ser feita somente pelos candidatos convocados e que se encontram dentro deste limitador. A data de apresentação dos documentos se encontra prevista no Cronograma; todavia, sua confirmação dar-se-á conjuntamente ao edital de convocação, especificamente, devendo, portanto, os candidatos estarem atentos às publicações ao longo da execução do processo.
3. A documentação deverá ser enviada na forma e prazo estabelecidos pelo edital de convocação.
4. A documentação comprobatória não será devolvida, de forma que não deverá ser encaminhada documentação original. O candidato convocado poderá apresentar cópia simples de seus títulos.
5. NÃO serão recebidos e/ou avaliados documentos enviados fora do período estabelecido, tampouco os que não atendam à forma e o meio de envio estabelecido por este edital e pelo edital de convocação, os quais receberão pontuação de zero.

Valores atribuídos aos diferentes títulos do *Curriculum Vitae* até o total máximo de 10 pontos

a) Pós-graduação - valor máximo: 1,0 ponto

A pontuação para pós-graduação será atribuída mediante a apresentação de certificado de conclusão de curso de especialização (com carga horária mínima de 360 horas, obrigatoriamente explicitada na documentação comprobatória), mestrado ou doutorado conforme segue.

a.1) curso de especialização - valor: 0,3 ponto por curso

a.2) curso de mestrado - valor: 0,5 ponto por curso

a.3) curso de doutorado - valor: 1,0 ponto

b) Atuação, Educação Permanente e Produção Técnico-Científica - valor máximo: 8,4 pontos

A pontuação para atuação, educação permanente e produção técnico-científica será atribuída conforme segue.

b.1) Participação em eventos como palestrante, autor ou coautor de tema livre na área de saúde, educação e ciências sociais (apresentação oral ou pôster) nos últimos 5 anos - valor máximo: 0,8 ponto

A cada participação será concedido 0,1 ponto por evento, até o máximo de 0,8 ponto.

A comprovação deverá ser feita mediante a apresentação do certificado, da publicação dos anais do evento ou por meio de material oficial da divulgação do evento em que o candidato seja citado. Trabalho apresentado em mais de um evento será pontuado somente uma vez.

b.2) Participação em eventos de atualização e/ou aperfeiçoamento na área de saúde, educação e ciências sociais (congressos, cursos, simpósios, jornadas, oficinas, seminários, encontros) nos últimos 5 anos - valor máximo: 3,2 pontos

A pontuação será concedida de acordo com a carga horária relativa a cada evento, conforme segue.

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

- Eventos com carga horária de até 2 horas: 0,05 ponto por evento
- Eventos de 2 a 10 horas: 0,10 ponto por evento
- Eventos de 11 a 39 horas: 0,30 ponto por evento
- Eventos de 40 a 80 horas: 0,40 ponto por evento
- Eventos de 81 a 200 horas: 0,70 ponto por evento
- Eventos com mais de 200 horas: 2,00 pontos por evento

A comprovação deverá ser feita mediante a apresentação do certificado de conclusão no qual constem explicitamente o período de realização e a carga horária do evento. Ao certificado sem indicação de carga horária não será concedida pontuação. Não serão pontuados os cursos de línguas, informática, de cunho religioso e outros que não tenham relação com a opção de inscrição do candidato. Não serão pontuadas, também, horas de planejamento na organização de eventos.

b.3) Participação em atividades extracurriculares na área de saúde, educação e ciências sociais (projetos de pesquisa e extensão, bolsas de iniciação científica, monitorias, estágios não obrigatórios) nos últimos 5 anos - valor máximo: 3,5 pontos

A pontuação será concedida de acordo com a duração da atividade extracurricular, conforme disposto a seguir:

- Atividades de 40 a 120 horas: 0,7 ponto por atividade
- Atividades de 121 a 360 horas: 1,4 ponto por atividade
- Atividades com duração superior a 360 horas: 2,1 pontos por atividade

A comprovação deverá ser feita mediante a apresentação do certificado de conclusão competente no qual conste explicitamente a carga horária, ou pela entrega de declaração, com firma reconhecida, fornecida pelo responsável pela atividade em que conste a carga horária total da atividade objeto da pontuação pretendida e cite, quando for o caso, a expressão estágio extracurricular.

b.4) Publicação de artigo em revista indexada, capítulo de livro ou livro - valor máximo: 0,9 ponto

A cada publicação será concedido 0,3 ponto, até o máximo de 0,9 ponto.

A comprovação de publicação em periódicos ou livros deverá ser feita mediante a apresentação da capa, do índice e da ficha catalográfica do periódico ou livro, ou ainda pela apresentação de cópia do artigo, do capítulo e da capa (do periódico ou do livro) com a indicação do endereço eletrônico em que se encontra disponibilizada a publicação, se for o caso. Não serão pontuados anais de eventos que apresentem somente o resumo; será exigida a apresentação do artigo completo.

c) Experiência profissional não acadêmica nos últimos 5 anos - valor máximo: 0,6 ponto

A cada mês de experiência profissional não acadêmica será concedido 0,01 ponto, até o máximo de 0,6 ponto.

A comprovação de experiência profissional deverá ser feita mediante a apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente anotada e/ou de publicação de posse em cargo no Diário Oficial ou de recibo de pagamento de autônomo, ou ainda de Alvará e comprovante de pagamento do ISSQN. Para caso de servidor público, admitir-se-á, também, a apresentação de certidão emitida pelo órgão público responsável pela admissão ao cargo.

A experiência profissional não acadêmica somente será pontuada se indiscutivelmente tiver sido desenvolvida em atividade relacionada diretamente com a opção de inscrição do candidato (de acordo com a categoria profissional).

EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

ANEXO IV - CRONOGRAMA

Data	Evento
13/09/2021	Abertura das inscrições, a partir das 13 horas, nos sites do HCPA e da FUNDMED
20/10/2021	Encerramento das inscrições às 17 horas, nos sites do HCPA e da FUNDMED
27/10/2021	Publicação, a partir das 13 horas, nos sites do HCPA e da FUNDMED, das listas de inscrições homologadas
28/10/2021	Início, às 00h01min, do prazo para recursos contra a não homologação de inscrições
29/10/2021	Término, às 23h59min, do prazo para recursos contra a não homologação de inscrições
03/11/2021	Respostas, a partir das 13 horas, nos sites do HCPA e da FUNDMED, aos recursos contra a não homologação de inscrições, se for o caso
03/11/2021	Publicação, a partir das 13 horas, nos sites do HCPA e da FUNDMED, das listas de inscrições homologadas, com a designação do local da prova e da identificação dos números das salas de aplicação das provas objetivas
07/11/2021	Aplicação das provas objetivas
09/11/2021	Publicação, a partir das 13 horas, nos sites do HCPA e da FUNDMED, dos gabaritos e resultado preliminar das provas objetivas
10/11/2021	Início, às 00h01min, do prazo para recursos contra o gabarito e o resultado preliminar da prova
11/11/2021	Término, às 23h59min, do prazo para recursos contra o gabarito e o resultado preliminar da prova
24/11/2021	Publicação, a partir das 13 horas, nos sites do HCPA e da FUNDMED, das respostas aos recursos contra o gabarito e o resultado preliminar da prova
24/11/2021	Publicação, a partir das 13 horas, nos sites do HCPA e da FUNDMED, dos resultados finais das provas objetivas e das Listas Definitivas de candidatos empatados na classificação por PRM e convocação para envio do <i>curriculum vitae</i> .
25/11/2021	Início do período para envio do <i>curriculum vitae</i> para análise por parte da COREMU/HCPA (conforme estabelecido pelo edital de convocação)
26/11/2021	Término do período para envio do <i>curriculum vitae</i> para análise por parte da COREMU/HCPA (conforme estabelecido pelo edital de convocação)
10/12/2021	Publicação, a partir das 13 horas, nos sites do HCPA e da FUNDMED, dos pontos referentes à análise do <i>curriculum vitae</i>
13/12/2021	Início, às 00h01min, do prazo para recursos contra os resultados da análise do <i>curriculum vitae</i>
14/12/2021	Término, às 23h59min do prazo para recursos contra os resultados da análise do <i>curriculum vitae</i>
20/12/2021	Publicação, a partir das 17 horas, nos sites do HCPA e da FUNDMED, das respostas aos recursos apresentados referentes à análise do <i>curriculum vitae</i>
20/12/2021	Publicação, a partir das 17 horas, nos sites do HCPA e da FUNDMED, da lista de candidatos empatados na classificação por PRM e convocação para sorteio público
21/12/2021	Realização, às 10 horas, de sorteio público para eventuais casos de empate na classificação
23/12/2021	Publicação, a partir das 13 horas, nos sites do HCPA e da FUNDMED, dos resultados com as classificações finais dos processos seletivos
27/12/2021	Início, às 00h01min, do prazo para recursos contra as classificações finais dos processos seletivos
28/12/2021	Término, às 23h59min, do prazo para recursos contra as classificações finais dos processos seletivos
04/01/2022	Publicação, a partir das 13 horas, nos sites do HCPA e da FUNDMED, dos resultados finais dos processos seletivos, já homologados
05/01 e 06/01/2021	Reuniões de núcleos e programa
06/01/2022	Início do prazo para entrega da documentação comprobatória das exigências relativas à inscrição e/ou matrícula dos aprovados.
07/01/2022	Término do prazo para entrega da documentação comprobatória das exigências relativas à inscrição e/ou matrícula dos aprovados
10/01/2022	Data única para chamamento de suplentes, devido a eventuais desistências formais de aprovados nos Processos Seletivos Públicos

ATENÇÃO: Os prazos previstos neste Cronograma, para os diferentes eventos, são peremptórios, inadmitindo-se manifestações e recursos intempestivos.